



#SOMOSCORUJA



SIMULADO DE NIVELAMENTO

# Disciplinas Penais

**BLACK FRIDAY 2021**

ESTRATÉGIA CARREIRA JURÍDICA

**O MAIOR, PELO MENOR PREÇO DO ANO!**

# Simulado Disciplinas Penais

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas em disciplinas Penais;
- 2 – A prova contém **100 questões**;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-de-Nivelamento-07-11>

- |                |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E  |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E  |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E  |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E  |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E  |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E  |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E  |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E  |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E  |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E  |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E  |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E  |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E  |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E  |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E  |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E  |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E  |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E  |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E  |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

**DIREITO PENAL**

Michael Procópio

**01.** José foi condenado em 1ª grau, pela Vara Única de Sertãozinho, por estupro de vulnerável, em face de sua enteada, uma criança de onze anos de idade, em razão da prática de atos libidinosos com a menina. Nessa situação hipotética, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, do Código Penal, da Lei nº 8.072/90 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é INCORRETO afirmar que:

- a) José deverá ter a pena aumentada por ser padrasto da vítima.
- b) José cometeu crime inafiançável.
- c) José praticou um crime hediondo.
- d) O Juiz da Vara Única de Sertãozinho deverá fixar regime inicial de cumprimento de pena obrigatoriamente fechado.
- e) José deverá ser condenado, mesmo que sua enteada tenha consentido com a prática dos atos libidinosos.

**02.** Julgue os itens a seguir e marque a alternativa que descreve, em tese, o cometimento de condescendência criminosa:

- a) João afirma conhecer um médico do serviço público do posto de saúde perto de sua casa que pode atender Gabriel sem que este precise pegar fila para marcar consulta, o que é exigido a todos, mas que, para isso, deverá pagar a taxa de R\$ 300 (trezentos) reais.
- b) Fernando havia bebido um pouco de cerveja e foi parado em uma blitz. Sabendo que seu carro estava em situação irregular e que havia ingerido um pouco de álcool, disse ao agente de trânsito para lhe liberar, pois sua mãe era Delegada, que seria solto e eles poderiam agir para o prejudicar.
- c) Felipe, chefe de determinado setor de órgão público, teve ciência de que Carla, sua subordinada, cometera infração administrativa, mas, por saber que ela filha de um promotor de justiça, não aplicou qualquer penalidade.
- d) Marcela foi flagrada por Beatriz, ambas policiais, cometendo o crime de contrabando, mas esta não

relatou o fato aos superiores para não prejudicar a colega de profissão.

- e) Enzo, gerente de uma empresa privada de jogos eletrônicos, tenta convencer sua assistente Valentina a praticar atos libidinosos com ele, afirmando ser conhecido pelo diretor da empresa e prometendo interceder para que ela seja promovida.

**03.** Matheus compra produtos no Paraguai e os revende no Paraná, sem, contudo, pagar os impostos devidos. Esses produtos são os mesmos encontrados e vendidos no Brasil, mas Matheus prefere comprar no país vizinho, pois o preço é bem mais em conta e o lucro é maior. Para dar aparência de que eles foram adquiridos em território brasileiro, ele emite notas fiscais falsas, que só servem para essa finalidade.

Sobre o caso narrado, de acordo com o Código Penal e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que Matheus praticou, em tese:

- a) os crimes de descaminho e falsificação de documento público.
- b) os crimes de descaminho e duplicata simulada.
- c) os crimes de descaminho e falsificação de documento particular.
- d) tão somente o crime de contrabando.
- e) tão somente o crime de descaminho.

**04.** Fernando foi expulso de casa pelos pais quando tinha 16 anos. No final da sua adolescência, encontrou um terreno e nele passou a morar até seus 19 anos. Certo dia, Katia, a proprietária do terreno, pediu para que Fernando se retirasse, pois aquele pedaço de terra lhe pertencia e lá iria construir uma casa. Fernando, não tendo para onde ir, permaneceu em seu barraco, contrariando o pedido de Katia. Dez dias depois, a proprietária retornou com um oficial de justiça, três policiais e um trator, de posse de um mandado de reintegração de posse. Fernando, em descontrole de suas emoções, lançou xingamentos e desaforos aos funcionários públicos. Quando forçado pelos policiais a se retirar, atacou e feriu um deles com um pedaço de pau. Mesmo resistindo, os policiais conseguiram imobilizá-lo.

De acordo com o caso exposto e as previsões do Código Penal, é correto afirmar que:

- a) Fernando cometeu, em tese, os crimes de desacato, resistência e desobediência.
- b) Fernando cometeu, em tese, os crimes de desacato e resistência.
- c) Fernando cometeu, em tese, os crimes de desobediência e resistência.
- d) Fernando cometeu, em tese, os crimes de desacato e desobediência.
- e) Fernando cometeu, em tese, somente o crime de resistência.

**05.** Assinale a alternativa correta sobre disposições do Código Penal:

- a) A conduta típica de inculcar, em invólucro ou recipiente de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais, a existência de substância que não se encontra em seu conteúdo ou que nele existe em quantidade menor que a mencionada não admite modalidade culposa.
- b) Responde criminalmente quem contrair casamento, conhecendo a existência de qualquer impedimento que lhe cause a nulidade absoluta ou relativa.
- c) Se o condenado a pena privativa de liberdade necessitar de especial tratamento curativo, a pena poderá ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo fixado para o cumprimento da pena privativa de liberdade.
- d) Configura-se o crime se, diante da decisão administrativa de expulsão, o estrangeiro permanece no território nacional.
- e) Para efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou privada onde quer que se encontrem.

**06.** Luke cometeu o crime de apropriação indébita e, somando a isso, é reincidente. Ao final do processo, o juiz de primeiro grau o condenou a cumprir três anos de pena privativa de liberdade. A defesa e a acusação não recorreram.

Com base no fato narrado e no que dispõe o Código Penal e o entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) ainda que seja reincidente, é possível que o regime inicial a ser adotado seja o semiaberto.
- b) por ter sido condenado à pena de três anos, o regime inicial a ser adotado deve ser o semiaberto.
- c) por ter sido condenado à pena de três anos, o regime inicial a ser adotado deve ser o aberto.
- d) por ser reincidente, o regime inicial a ser adotado deverá ser obrigatoriamente o fechado.
- e) como a pena em abstrato prevista para o crime é de reclusão, deverá iniciar seu cumprimento em regime fechado.

---

**Simulado Disciplinas Penais – 07/11/2021**

---

**07.** Marco Túlio, servidor público, cometeu diversos atos que caracterizam, em tese, o crime de concussão. Esses delitos se iniciaram em março de 2017 e se estenderam até julho de 2021, quando foi preso em flagrante.

O *modus operandi* era sempre o mesmo, seguindo um padrão quanto aos lugares e os dias em que eram cometidos, em continuidade delitiva.

A pena aplicável, em abstrato, para o crime de concussão (art. 316 do Código Penal) foi alterada pela Lei nº 13.964, em 24 de dezembro de 2019, mantendo a pena mínima em 2 anos e aumentando a pena máxima de 8 para 12 anos.

Dessa forma, considerando o entendimento dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- a) por ser maléfica, a Lei nº 13.964, de 2019, não poderá ser aplicada pelo juiz ao julgar Marco Túlio, que deverá basear a pena dentro dos limites anteriores (2 a 8 anos).
- b) o juiz, ao aplicar a pena, deverá considerar que houve dois crimes continuados, um no período de dezembro de 2017 até a entrada em vigência da Lei nº 13.964, de 2019, e o outro após a lei até a prisão em flagrante de Marco Túlio.
- c) ainda que seja maléfica, a nova pena prevista pela Lei nº 13.964, de 2019, deverá ser aplicada aos crimes cometidos por Marco Túlio, conforme as regras do crime continuado.
- d) o juiz, ao aplicar a pena, deverá considerar que houve concurso material de crimes, impondo-se a pena correspondente a cada crime isoladamente, a depender do momento que ocorreu.
- e) o juiz, ao aplicar a pena, deverá considerar somente os delitos cometidos após a vigência da Lei nº 13.964, de 2019, descartando os delitos anteriores a ela, respeito as regras do concurso material de crimes.

**08.** Pratica o delito de exploração de prestígio, de acordo com o Código Penal, quem:

- a) cobra vantagem com alegação de influenciar um delegado de polícia.
- b) passa-se por funcionário público.
- c) promete vantagem indevida a funcionário público para que este retarde ato de ofício.

- d) solicita dinheiro a pretexto de influir em testemunha.
- e) recebe dinheiro a pretexto de influenciar em auditor fiscal.

**09.** Considerando as disposições do Código Penal sobre a teoria do crime, é correto afirmar que:

- a) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.
- b) Crime de perigo concreto é aquele em que o legislador presumiu de modo absoluto a ocorrência de perigo ao bem jurídico em determinada situação, como no tráfico de drogas.
- c) A superveniência de causa absolutamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- d) O dolo que se extrai do Código Penal é o normativo, dada a exigência de consciência da ilicitude para a responsabilização penal.
- e) O erro sobre a ilicitude do fato isenta de pena, se escusável. Caso seja inescusável, permite a punição pela modalidade culposa do delito, se houver.

**10.** Assinale a alternativa **correta** sobre os prazos penais:

- a) Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado.
  - b) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
  - c) Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
  - d) O prazo que terminar em domingo ou dia feriado considerar-se-á prorrogado até o dia útil imediato.
  - e) O prazo penal é utilizado somente em âmbito de direito penal material, não sendo aplicável a prazos híbridos, ou seja, que possuem teor de direito material e de direito processual.
-

---

**Simulado Disciplinas Penais – 07/11/2021**

---

**11.** Quanto ao crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, previsto no art. 122 do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Em todos os casos de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, há a necessidade de resultado naturalístico.
- b) Se o crime é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores, induzindo, instigando ou auxiliando a suicídio ou automutilação, aplica-se em triplo a pena.
- c) se o agente é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual, ele terá sua pena aumentada em metade.
- d) Se da automutilação resultar em morte e o crime do art. 122 do Código Penal for cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem não tem o necessário discernimento para a prática do ato, responde o agente pelo crime de lesão corporal seguida de morte, nos termos do art. 129 § 3º do referido Código.
- e) A pena é triplicada se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil.

**12.** Sobre o instituto da tentativa, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Na tentativa perfeita, o agente esgota os atos executórios que tinha a sua disposição e, mesmo assim, o crime não se consuma por circunstâncias alheias a sua vontade.
- b) Na tentativa inacabada, o agente não esgota os atos executórios que tinha a sua disposição e o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) Na tentativa abandonada, também chamada de tentativa qualificada, ocorre nos crimes em que o resultado não ocorre por circunstâncias intrínsecas à vontade do autor do delito.
- d) Os crimes omissivos próprios admitem a tentativa. Diferentemente, os crimes omissivos impróprios não admitem.
- e) A tentativa incruenta caracteriza os delitos cujo objeto material não foi lesionado.

**13.** De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, são requisitos para o reconhecimento da insignificância:

- a) a expressiva lesão jurídica ao bem tutelado pelo direito penal.
- b) a mínima periculosidade social da ação.
- c) relevante ofensividade ao bem tutelado pelo direito penal.
- d) desvalor relevante da conduta e também do resultado.
- e) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do acusado.

**14.** Sobre os efeitos da condenação, assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
  - b) Entende-se por patrimônio do condenado, sujeito a perda, como produto ou proveito do crime, todos os bens de sua titularidade, ou em relação aos quais o agente tenha o domínio e o benefício direto ou indireto, bem como aqueles transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, até a data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão condenatórios.
  - c) Na hipótese de condenação por receptação simples, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
  - d) A perda dos bens, decorrentes do produto ou proveito do crime, deverá ser requerida expressamente e comprovada pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação discriminada e detalhada da diferença apurada.
  - e) Um dos efeitos da condenação é a perda em favor dos Estados-membros, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé do produto do crime de âmbito estadual.
-

---

**Simulado Disciplinas Penais – 07/11/2021**

---

**15.** Sobre a legislação e a jurisprudência sobre crime continuado, assinale a alternativa correta:

- a) Quando o agente, mediante uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de dois terços a metade.
- b) A lei penal mais grave aplicar-se-á ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que sua vigência for posterior à cessação da continuidade delitiva ou da permanência.
- c) A lei penal mais grave aplicar-se-á ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que sua vigência for posterior à cessação da continuidade delitiva ou da permanência
- d) Para a caracterização do instituto do art. 71 do Código Penal, é necessário que estejam preenchidos, cumulativamente, os requisitos de ordem objetiva (pluralidade de ações, mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução) e o de ordem subjetiva, assim entendido como a unidade de desígnios ou o vínculo subjetivo havido entre os eventos delituosos. Vale dizer, adotou-se, no sistema jurídico-penal brasileiro, a Teoria Mista ou Objetivo-Subjetiva.
- e) É pacífico no Supremo Tribunal de Federal que o prazo prescricional é regulado pela pena imposta na sentença, com o acréscimo decorrente da continuidade delitiva.

**16.** Sobre o dolo, assinale a alternativa correta:

- a) O dolo eventual é incompatível com a tentativa.
- b) De acordo com a doutrina neokantista da ação, o dolo tem caráter normativo, sendo necessário que o agente, além de ter consciência e vontade, saiba que a conduta praticada é ilícita.
- c) a culpa é presumida no tipo penal e o dolo deve estar expreso.
- d) O nominado dolo de consequências necessárias é uma espécie de dolo indireto ou mediato.
- e) A consciência atual da ilicitude é elemento do dolo, conforme a teoria finalista da ação.

**17.** Analise as afirmações abaixo:

- I - O crime de sequestro e cárcere privado constitui infração penal de ação múltipla, conforme a lei penal brasileira.
- II - Astolfo é empregador dos trabalhadores Rafael, Miguel e João em sua propriedade rural. Astolfo autoriza que seus empregados gastem apenas 15 minutos todo dia para horário de almoço, de modo que Miguel somente pode comprar uma refeição na pequena cantina de Astolfo, que funciona dentro da fazenda, já que seus colegas Rafael e João trazem seu próprio almoço de suas respectivas casas. Em razão dos altos preços dos produtos, Miguel contrai dívida alta e é impedido de deixar a fazenda antes do pagamento dos valores devidos. A conduta de Astolfo configura o delito de redução de Miguel à condição análoga à escravidão, com previsão no art. 149 do CP.
- III - A pena do crime de tráfico de pessoas é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa. No entanto, opera-se uma qualificadora quando o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

Está(ão) correto(s) o(s) seguinte(s) item(ns):

- a) I, II e III.
  - b) I e II.
  - c) Somente o I.
  - d) Somente o II.
  - e) Somente o III.
-

**18.** Assinale a alternativa que NÃO corresponde ao entendimento do STJ:

- a) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- b) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- c) O crime de extorsão se consuma com a obtenção da vantagem indevida.
- d) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- e) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

**19.** Assinale a alternativa correta sobre as normas do Código Penal:

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Considera-se praticado o crime no lugar da ação ou omissão, ainda que outro seja o lugar do resultado.
- c) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio, a honra ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- d) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo número de dias corridos.
- e) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

**20.** Tício e Mévio, versados na prática de delitos patrimoniais, resolvem, no pico da pandemia de Covid-19, subtrair respiradores que, como sabiam previamente, chegariam às 11 horas de 29 de maio ao Hospital Municipal de Cascavel, transferido de outro estabelecimento público de saúde, por necessidade de remanejamento, dada a calamidade naquele local. Nenhum dos dois é servidor público, tendo conseguido a informação ouvindo a conversa de uma enfermeira, que é vizinha deles, com a sua mãe sobre o trabalho que executaria naquele dia. Neste caso:

- a) Praticaram a conduta de peculato, considerando que a condição pessoal, da enfermeira, comunica-se a todos por ser elementar do crime.
- b) Realizaram o crime de furto, qualificado pelo concurso de pessoas.
- c) Cometeram o crime de furto qualificado pelo concurso e majorado por atingir o patrimônio municipal.
- d) Praticaram o delito de subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.
- e) Incorreram no crime de omissão de socorro, na forma omissiva por comissão.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Leonardo Tavares

**21.** Acerca de ação penal, assinale a opção correta.

- a) Oferecendo o ofendido ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público, nos exatos termos do art. 29 do CPP, deixa de ser parte e passa a atuar como *custos legis* e não pode, por exemplo, fornecer elementos de prova.
- b) No caso de crime praticado contra a honra de servidor público no exercício de suas funções, a vítima tem legitimação concorrente com o MP para ajuizar ação penal.
- c) A quantidade de testemunhas que poderão ser arroladas na instrução do rito comum ordinário corresponde até 8 (oito) para acusação e até 8 (oito) para a defesa, conforme art. 401 do CPP. Já na instrução do rito sumário a quantidade de testemunhas é de até 3 (três) para a acusação e 3 (três) para a defesa, em consonância com o art. 532 do CPP.
- d) Na ação penal privada, se o ofendido for mentalmente enfermo, o direito de queixa não poderá ser exercido por curador especial enquanto o primeiro não se restabeleça.

**22.** Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar:

- a) o inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- b) para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que exista concordância por parte da vítima.
- c) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito apenas no caso de reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva estatal.
- d) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

**23.** A lei processual penal

- a) admite interpretação extensiva, mas não suplemento dos princípios gerais do direito.
- b) retroage no tempo, apenas para beneficiar o réu.
- c) não admite aplicação analógica, mas admite interpretação extensiva.
- d) não será aplicada aos atos praticados sob a vigência de lei anterior.

**24.** Notícia-se à polícia um roubo de moto praticado por dois homens, os quais teriam se utilizado de um facão e uma espingarda artesanal para subjugar a vítima. Duas horas depois do ocorrido, policiais militares em ronda de rotina acabam por encontrar os dois agentes empurrando a moto objeto do roubo. Em abordagem aos suspeitos, foram encontrados um facão e uma espingarda artesanal. Em razão disso, os dois indivíduos são presos em flagrante e encaminhados à delegacia de polícia. A respeito dessa prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- a) A prisão é legal e se está diante de hipótese de flagrante presumido ou ficto.
- b) A prisão é legal e se está diante de hipótese de flagrante impróprio.
- c) A prisão é legal e se está diante de hipótese de flagrante próprio.
- d) A prisão é ilegal, porquanto não se configurou hipótese de flagrante delito.

---

**Simulado Disciplinas Penais – 07/11/2021**

---

**25.** Sobre o procedimento de lavratura do auto de prisão em flagrante pela autoridade policial, assinale a alternativa correta:

- a) O policial rodoviário responsável pela prisão e condução do preso deverá, seguindo estabelece a lei, ser ouvido logo após a oitiva das testemunhas e o interrogatório do preso.
- b) A atribuição para a lavratura do auto de prisão em flagrante é da autoridade policial do local em que ocorrer a prisão-captura, mesmo que esta ocorra em local diverso do da prática do crime.
- c) Diante da necessária segurança jurídica, a falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
- d) Lavrado o auto de prisão em flagrante, inexistente dever de a autoridade policial comunicar a prisão à família do preso, constituindo mera liberalidade quando realizada.

**26.** Paulo foi indiciado pela prática de delito de furto, ocorrido no dia 15/08/2016. Considerando que não existem elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, bem como que Paulo não é reincidente, foi oferecida proposta de acordo de não persecução penal. Nesse caso hipotético, é correto afirmar, de acordo com as alterações promovidas no Código de Processo Penal por meio da Lei n. 13.964/2019, que:

- a) para o acordo de não persecução penal, diferente da suspensão condicional do processo, a lei não prevê condição de reparação do dano.
- b) o descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- c) o juiz poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais.
- d) se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo; essa reformulação independe da concordância do acusado e seu defensor.

**27.** Sobre as questões e processos incidentes no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível a instauração de incidente de insanidade mental anteriormente ao início da ação penal.
- b) No caso de questões prejudiciais, a suspensão do curso da ação penal apenas será decretada de ofício pelo juiz, não se admitindo requerimento das partes nesse sentido.
- c) As exceções, via de regra, suspendem o andamento da ação penal.
- d) Caso o juiz repute séria e fundada uma controvérsia sobre o estado civil de pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.

**28.** Sobre as modificações operadas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote anticrime) assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo a lei, a liberdade provisória deverá ser denegada no caso de o agente ter sido preso portando arma de fogo de uso restrito. Nada fala o dispositivo sobre arma de uso proibido.
  - b) A nova lei previu, expressamente, que a falta de fundamentação da decisão configura nulidade.
  - c) A Lei 13.964/19 trouxe a previsão legal acerca da estrutura do sistema penal adotado no Brasil, qual seja, o acusatório.
  - d) Não existe previsão legal de recurso para a decisão do juiz que não homologa a proposta de acordo de não persecução penal.
-

---

**Simulado Disciplinas Penais – 07/11/2021**

---

**29.** No que se refere aos procedimentos previstos no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) No procedimento sumário, poderão a acusação e a defesa arrolarem até o máximo de 5 (cinco) testemunhas cada.
- b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, deverá o magistrado determinar a citação do acusado para comparecer à audiência de instrução para interrogatório.
- c) O princípio da 'identidade física do juiz' carece de previsão expressa no CPP, sendo, em verdade, uma construção jurisprudencial em analogia ao Código de Processo Civil.
- d) A suspensão condicional do processo, prevista na Lei 9.099/95, é instituto despenalizador aplicável apenas às infrações abrangidas pela Lei dos Juizados Especiais.

**30.** Sobre os entendimentos simulados pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a incorreta.

- a) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- b) O núcleo de prática jurídica, por exercer múnus público, não precisa apresentar procuração em relação àqueles que representa no processo penal.
- c) É desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal (crimes de responsabilidade dos funcionários públicos), na ação penal instruída por inquérito policial.
- d) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em *habeas corpus*.

**31.** Sobre os sujeitos do processo assinala a alternativa errada.

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- b) Do despacho que admitir, ou não, o assistente de acusação, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.
- c) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física. A qualquer tempo, no curso do processo, do julgamento ou da execução da sentença, se for descoberta a sua qualificação, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes.
- d) Defensor dativo é aquele nomeado pelo juiz para os acusados que não têm advogado constituído nos autos. Essa nomeação pode se dar em favor dos acusados que não possuam condição para a contratação, ou mesmo para aqueles que, a despeito de possuírem condições financeiras, não o fizeram, transcorrendo-se o prazo legal para a apresentação de resposta à acusação.

**32.** Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito das comunicações processuais e nulidades, assinale a alternativa correta.

- a) É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
  - b) É nula a citação por edital de réu preso em unidade da federação vizinha àquela em que o juiz exerce a sua jurisdição.
  - c) A nomeação de defensor dativo supre a nulidade por falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.
  - d) Na esteira do contraditório e ampla defesa, é indispensável a intimação da defesa da data da audiência no juízo deprecado, mesmo que já tenha sido intimada da expedição da carta precatória.
-

**33.** Contra a decisão que decretar medida de segurança depois do trânsito em julgado da sentença e, contra a decisão proferida por juiz singular que negar a ordem de *habeas corpus*, será cabível, respectivamente:

- a) recurso em sentido estrito e apelação.
- b) apelação, nos dois casos.
- c) agravo em execução e recurso em sentido estrito.
- d) apelação e recurso em sentido estrito.

**34.** No tocante à competência jurisdicional, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- b) A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- c) O domicílio ou residência do réu não pode ser critério delimitador de competência na esfera criminal, apenas o domicílio da vítima.
- d) Há conflito de competência ainda que já exista sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.

**35.** No tocante à prisão em flagrante, é correto afirmar que:

- a) somente agentes do Estado é que poderão prender alguém que seja encontrado em flagrante delito.
- b) não se considera em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- c) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- d) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito apenas nas primeiras 24h do início do cometimento do crime, sob pena de postergar-se indefinidamente a situação flagrancial.

**36.** A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) o indiciado, de regra, deverá ser identificado civil e criminalmente, por meio de processo datiloscópico e fotográfico.
- b) nos crimes de ação pública, o inquérito poderá ser iniciado a requerimento do ofendido.
- c) o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado, desde que a falta seja suprida até o oferecimento da denúncia.
- d) ordinariamente, o inquérito policial deverá terminar no prazo de 15 dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente.

**37.** O inquérito policial possui como característica:

- a) a obrigatoriedade
- b) a disponibilidade
- c) o sigilo
- d) a informalidade

**38.** A respeito da ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) O órgão do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito policial, que deve ser apresentado conjuntamente à denúncia.
- b) Nos casos de ação penal exclusivamente privada, o querelante poderá escolher entre propor a ação no lugar da infração ou no domicílio ou residência do querelado.
- c) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação em sua inicial acusatória.
- d) A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão apenas prova documental.

39. A respeito das garantias processuais, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da vedação à autoincriminação é corolário da ampla defesa e abrange o direito ao silêncio do acusado, o que se aplica à hipótese de atribuição de falsa identidade perante autoridade policial, afastando a tipicidade do fato.
- b) Uma das garantias que devem ser dadas ao acusado é a defesa técnica, devendo, obrigatoriamente, ser exercida por bacharel em Direito, com a competente habilitação na OAB, ou ainda por defensor público.
- c) São inadmissíveis, em qualquer hipótese, devendo ser desentranhadas do processo, as provas derivadas das ilícitas.
- d) É em razão do princípio da ampla defesa que o Estado não pode se portar em relação aos acusados, antes do trânsito em julgado, como se eles culpados fossem.

40. De acordo com as diretrizes normativas, sobre as prisões em flagrante e preventiva, identifique a assertiva correta:

- a) Não se imporá a prisão em flagrante à pessoa flagrada na prática de crime de furto simples de coisa avaliada em valor menor que R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).
- b) Não se imporá a prisão em flagrante a senador flagrado na prática de crime de estelionato.
- c) O Código de Processo Penal autoriza que seja decretada a prisão preventiva de acusado que tenha descumprido, em processo outro, medida cautelar diversa da prisão.
- d) A prisão preventiva atualmente possui prazo determinado em lei e deve atender ao princípio da proporcionalidade.

## LEGISLAÇÃO PENAL

Ivan Marques / Alex Fadel

41. A respeito dos recursos previstos na Lei nº 9.099/95, indique a única alternativa correta:

- a) Cabe recurso em sentido estrito da decisão judicial que rejeitar a denúncia por falta de justa causa.
- b) Da decisão de homologação da composição dos danos civis cabe apelação.
- c) Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão.
- d) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- e) Admite-se Recurso Especial em face de decisão proferida por Turma Recursal.

42. Em relação à transação penal, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Trata-se da aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas por parte do Ministério Público.
- b) A proposta não pode apresentar apenas a pena de multa.
- c) O juiz homologa a proposta caso o suspeito já a tenha cumprido, para fins de homologação e extinção da punibilidade.
- d) O aceite da proposta não importa em reincidência, mas tem como requisito a confissão.
- e) Da sentença homologatória caberá apelação em 10 dias.

**43.** Em face do descumprimento de transação penal homologada judicialmente com pena de multa, o Ministério Público oferece denúncia contra o autor da infração penal perante o Juízo comum. Sobre a atuação do Ministério Público após o descumprimento da transação penal, aponte a alternativa correta:

- a) Falta justa causa para o exercício da ação penal, pois o Ministério Público, ao fazer a proposta de transação penal, dispôs da persecução penal em razão das condições pessoais do autor da infração e do menor potencial ofensivo da infração cometida.
- b) A homologação da transação penal faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, ao Ministério Público cabe executar a pena de multa.
- c) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- d) A homologação da transação penal tornou a denúncia manifestamente inepta, faltando justa causa para o Ministério Público dar continuidade à persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- e) Falta justa causa para o exercício da ação penal em face da extinção da punibilidade do autor da infração penal.

**44.** Acerca do benefício do sursis processual previsto na Lei n. 9.099/95, é correto afirmar que

- a) É cabível o benefício na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, exceto em grau recursal.
- b) Suspensão condicional do processo, também conhecida como sursis processual, é um instituto despenalizador previsto no art. 89 da Lei n. 9099/95 que determina a suspensão do processo somente mediante a reparação do dano pelo autor dos fatos.
- c) De acordo com o art. 89, caput, da Lei n. 9099/95, para fazer jus ao sursis processual a pena privativa de liberdade cominada ao delito deve ser de até 2 anos, pouco importando se é de reclusão ou detenção, ressalvada as hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher.

d) O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

**45.** São formas de violência contra a mulher expressas na Lei Maria da Penal (11.340/2006), exceto:

- a) sexual
- b) patrimonial
- c) moral
- d) física
- e) religiosa

**46.** No âmbito das medidas protetivas de urgência, com relação à proibição de condutas, não integra o rol:

- a) aproximação da ofendida e de seus familiares.
- b) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.
- d) contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação.
- e) a fixação limite mínimo de distância entre eventuais testemunhas e o agressor.

**47.** Valendo-se das regras processuais penais da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), aponte a alternativa CORRETA:

- a) a prática de contravenção penal, ainda que no âmbito de violência doméstica, não é motivo idôneo para justificar a prisão preventiva do réu.
- b) nos casos de lesão corporal culposa praticada contra mulher em âmbito doméstico, a ação penal será pública condicionada.
- c) segundo reiteradas decisões do Superior Tribunal de Justiça, a suspensão condicional do processo e a transação penal se aplicam às contravenções penais praticadas no âmbito da Lei Maria da Penha.
- d) nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do oferecimento da denúncia.
- e) a ofendida deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público para requerer a concessão de medidas protetivas.

**48.** Diana, após desentendimento com a sua namorada Penélope em um jantar, desferiu um soco em seu olho, causando-lhe um hematoma. Tal fato foi adequado formalmente ao delito de lesão corporal leve (art. 129, caput, do Código Penal). Após condenada criminalmente a uma pena de prisão, o único benefício a que teria direito, após a confirmação de vulnerabilidade física entre a agressora e a vítima, seria:

- a) a composição civil dos danos.
- b) a suspensão condicional da pena.
- c) acordo de não persecução penal.
- d) a transação penal.
- e) princípio da insignificância nas vias de fato

**49.** Em relação às armas de fogo e às empresas de segurança privada, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Serão de propriedade das respectivas empresas, podendo ser utilizadas quando em serviço ou fora dele.
- b) O certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal ficarão no nome dos empregados apenas durante a vigência do contrato de trabalho em regime especial.
- c) Cada empresa criará seus protocolos de segurança em relação ao uso e armazenagem.
- d) Deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob a guarda do proprietário da empresa privada acarreta em sua responsabilidade criminal por omissão.
- e) A listagem dos empregados das empresas privadas de segurança deverá ser atualizada anualmente junto ao Sinarm.

**50.** Sobre o crime de porte ou posse ilegal de arma de fogo, qual das condutas abaixo não integra seu rol previsto no caput do art. 16:

- a) possuir
- b) utilizar
- c) ocultar
- d) remeter
- e) ceder

**51.** É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que

- a) continua inafiançável.
- b) se trata de crime de perigo abstrato.
- c) se trata de crime com vítima certa e determinada.
- d) é crime de mão-própria.
- e) é insuscetível de liberdade provisória.

52. No tocante ao ECA, assinale a opção correta.

- a) A participação de menores de idade em qualquer conduta criminosa é suficiente para autorizar a condenação, pela prática do crime de corrupção de menores de idade, dos agentes capazes envolvidos no mesmo ato.
- b) Admite-se cumular a remissão concedida pelo parquet na fase pré-processual, como forma de exclusão do processo, com a aplicação de medida socioeducativa de liberdade assistida.
- c) A medida de internação aplicada aos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa depende da prática de, pelo menos, três infrações graves.
- d) Na apuração de ato infracional cometido por adolescente, caso seja imposta medida socioeducativa, o juiz deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no CP.
- e) Não é admitido, na apuração de ato infracional equiparado a crime contra o patrimônio, o benefício da escusa absolutória prevista no CP.

53. Em relação ao tratamento penal dado pela Lei 8.069/90, aponte a alternativa correta:

- a) a suspeição e a nulidade são as únicas sanções previstas para a autoridade competente que deixa, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.
- b) a adequação formal da conduta da venda de explosivo ao tipo penal somente será possível se o destinatário do produto for criança, tendo o legislador deixado o adolescente fora do tipo penal.
- c) o crime de promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro possui causa de aumento de pena se houver emprego de violência, grave ameaça ou fraude.
- d) a mera promessa para entregar o filho a terceiro mediante recompensa futura já tem o condão de consumir o delito.

e) não se mostra possível a adequação típica ao delito de corrupção de menores, os atos praticados em salas de bate papo da internet por adultos.

54. Qual das alternativas abaixo não contém um delito expresso na Lei 8.069/90:

- a) Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
- b) Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.
- c) Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
- d) Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
- e) Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual.

**55.** Não é um crime material contra a ordem tributária, nos termos da súmula vinculante 24 do Supremo Tribunal Federal:

- a) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias
- b) exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.
- c) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
- d) falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
- e) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

**56.** Qual das condutas abaixo não se caracteriza como crime funcional contra a ordem tributária:

- a) Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional.
- b) extraviar livro oficial acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.
- c) inutilizar processo fiscal de que tenha a guarda em razão da função, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.
- d) exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida.
- e) aceitar promessa de vantagem indevida para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.

**57.** A respeito das disposições gerais da Lei 8.137/90, aponte a alternativa correta:

- a) Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos crimes descritos nesta lei por força do interesse difuso tutelado.
- b) Os crimes previstos nesta lei são de ação penal pública incondicionada ou condicionada à representação, quando assim o exigir o tipo penal.
- c) O grave dano à coletividade possui natureza jurídica de circunstância agravante.
- d) Quando a venda ao consumidor for efetuada por sistema de entrega ao consumo em que o preço ao consumidor é estabelecido ou sugerido pelo fabricante ou concedente, o ato por este praticado alcança o revendedor, como forma ampla de respeito à vulnerabilidade consumerista.

E. n.d.a.

**58.** Nos crimes e sanções penais na licitação, Lei no 8.666/1993,

- a) o crime de devassar o sigilo de proposta não alcança todas as modalidades de licitação, mas apenas a concorrência pública, por tratar-se de modalidade utilizada para maiores contratações.
- b) aplica-se somente a pena de multa quando cometidos na forma culposa.
- c) não constitui crime o ato de deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação.
- d) aquele que, declarado inidôneo, participar de licitação, apresentando proposta, só comete crime se vier a celebrar contrato com a Administração.
- e) aquele que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, somente pratica crime se a invalidação vier a ser decretada pelo Judiciário.

**59.** Quanto ao procedimento judicial da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), indique a alternativa INCORRETA:

- a) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências instrutórias deferidas ou ordenadas pelo juiz, abrir-se-á, sucessivamente, o prazo de 5 (cinco) dias a cada parte para alegações finais.
- b) Da sentença cabe apelação, interponível no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) Recebida a denúncia e citado o réu, terá este o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa escrita, contado da data do seu interrogatório, podendo juntar documentos, arrolar as testemunhas que tiver, em número não superior a 5 (cinco), e indicar as demais provas que pretenda produzir.
- d) Na defesa escrita, não poderá a defesa requerer a absolvição, ficando esse pedido para as alegações finais, após a audiência.
- e) Será admitida ação penal privada subsidiária da pública, se esta não for ajuizada no prazo legal.

**60.** No que se refere às leis penais especiais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os crimes definidos na lei de licitações podem sujeitar os seus autores, quando servidores públicos, às sanções penais e à perda do cargo, do emprego, da função ou do mandato eletivo, mas, apenas, se os delitos, de fato, se consumarem.
- b) O ato de se apropriar de bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso será punido independentemente da posse ou detenção prévia nos termos do estatuto do idoso.
- c) Abrir alguém, no exercício de profissão de serralheiro ou ofício análogo, a pedido ou por incumbência de pessoa de cuja legitimidade não se tenha certificado previamente, fechadura ou qualquer outro aparelho destinado à defesa de lugar ou objeto
- d) A chamada propaganda enganosa, ou seja, a afirmação falsa ou enganosa sobre natureza, característica ou qualidade de produto ou serviço nas relações de consumo, pode gerar indenização por danos morais, mas não constitui infração penal.

e) O Estatuto do Índio, ao preceituar sobre as disposições penais, trata de diversas situações de crimes praticados contra os índios, mas não dispõe sobre qualquer benesse em caso de crime praticado por índio.

**61.** Assinale a assertiva correta.

- a) O reconhecimento da falta grave no curso da execução penal justifica a perda de 1/3 do total de dias trabalhados pelo apenado até a data do ato de indisciplina carcerária, ainda que não haja declaração judicial da remissão.
- b) A falta disciplinar de natureza grave praticada no período estabelecido pelos decretos presidenciais que tratam de benefícios executórios não impede a concessão de indulto ou de comutação da pena.
- c) É necessária a individualização da conduta para reconhecimento de falta grave praticada pelo apenado em autoria coletiva, admitindo a sanção coletiva a todos os participantes indistintamente.
- d) A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente não configura falta disciplinar de natureza grave, nos termos dos art. 50, VI, e art. 39, V, da LEP.
- e) O cometimento de falta grave é motivo idôneo para o indeferimento do benefício da saída temporária, por ausência de preenchimento do requisito subjetivo.

**62.** Assinale a opção correta.

- a) O condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, mas reincidente em crime comum irá progredir como se fosse primário.
- b) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- c) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 70% (setenta por cento) da pena será aplicável se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado
- d) No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, dentre outras, o cumprimento de ao menos 20% da pena no regime anterior.
- e) Somente o reincidente por crime hediondo com resultado morte não poderá obter livramento condicional.

**63.** Assinale a opção correta.

- a) Das decisões proferidas pelo juiz da execução caberá apelação.
- b) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.
- c) O tempo de isolamento ou inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado não será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.
- d) A pena privativa de liberdade poderá ser convertida em restritiva de direitos, desde que o condenado esteja em regime aberto e tenha cumprido um terço da pena.
- e) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

**64.** Assinale a assertiva correta.

- a) A legislação federal poderá estabelecer normas complementares para o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto
  - b) Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, sem escolta, quando houver necessidade de atendimento médico.
  - c) Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: visita à família; frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução; participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
  - d) A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dentre outros requisitos: cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário ou reincidente.
  - e) Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
-

65. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto aos crimes previstos na Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006,

- a) É possível que a fração de redução da causa de diminuição de pena estabelecida no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 seja modulada em razão da qualidade e da quantidade de droga apreendida, além das demais circunstâncias do delito.
- b) Para a incidência das majorantes previstas no art. 40, I e V, da Lei n. 11. 343/2006, é necessária a efetiva transposição de fronteiras, sendo insuficiente, respectivamente, a prova de destinação internacional das drogas ou a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.
- c) A posse de substância entorpecente para uso próprio configura crime doloso e quando cometido no interior do estabelecimento prisional não constitui falta grave.
- d) O agente que atua diretamente na traficância e que também financia ou custeia a aquisição de drogas deve responder pelo crime previsto art. 36 da Lei n. 11.343/06.
- e) A natureza e a quantidade da droga podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e para afastar a redução prevista no §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

66. Acerca do delito de tráfico de drogas, é **CORRETO** afirmar:

- a) A elevada quantidade da droga, por si só, inibe a incidência do privilégio previsto no art. 33, §4º, da Lei 11.343/06.
- b) O *quantum* do redutor previsto no §4º do artigo 33 da Lei de Drogas não pode ser calculado levando-se em consideração, dentre outros fatores objetivos, a espécie da droga apreendida, conforme sua maior ou menor nocividade.
- c) É possível a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos no delito de “*tráfico privilegiado*” (art. 33, §4º da Lei 11.343/06), caso a pena privativa de liberdade imposta não exceda 4 (quatro) anos e estejam presentes os demais requisitos subjetivos exigidos na lei.
- d) Há *bis in idem* caso o redutor previsto no §4º do artigo 33 da Lei de Drogas seja afastado em razão da reincidência e a pena-base seja exasperada por força da referida agravante genérica.

e) O condenado pelo artigo 28 da Lei n.º 11343/06 não pode ser beneficiado com o privilégio do artigo 33, §4º desta lei, seja pelos maus antecedentes, seja pela reincidência.

67. Assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) Não é necessário que a droga passe por dentro do presídio para que incida a majorante prevista no art. 40, III, da Lei nº 11.343/2006.
- b) A reincidência para aplicação qualificada da posse para consumo pessoal de drogas não precisa ser específica.
- c) O laudo pericial definitivo atestando a ilicitude da droga não afasta eventuais irregularidades do laudo preliminar realizado na fase de investigação.
- d) A expropriação de bens em favor da União, decorrente da prática de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, não constitui efeito automático da sentença penal condenatória.
- e) Aplica-se a causa de aumento de pena do art. 40, III, da Lei nº 11.343/2006, quando o tráfico de drogas ocorre nas dependências ou nas imediações de igreja.

68. No que concerne à lei de drogas, é correto afirmar:

- a) Nos delitos previstos no art. 33, *caput*, e § 1º da Lei n. 11.343/06, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.
- b) O juiz, na fixação das penas, considerará com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, as circunstâncias e as consequências do crime.
- c) As multas, que em caso de concurso de crimes serão impostas sempre cumulativamente, podem ser aumentadas até o triplo se, em virtude da situação econômica do acusado, considerá-las o juiz ineficazes, ainda que aplicadas no máximo
- d) para a caracterização da majorante do tráfico entre Estados da Federação ou entre este e o Distrito Federal, necessária a efetiva transposição das respectivas fronteiras, não bastando a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.
- e) é de três anos o prazo de prescrição no crime de posse de droga para consumo pessoal, não se aplicando, contudo, as causas de interrupção previstas no Código Penal.

**69.** Configura crime hediondo

- a) roubo.
- b) o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de adolescente.
- c) o crime de epidemia.
- d) o crime de extorsão praticado com emprego de arma de fogo.
- e) homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, exceto se cometido por um só agente.

**70.** Conforme a Lei n.º 8.072/1990, é considerado hediondo o crime de

- a) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de mulheres.
- b) infanticídio.
- c) extorsão.
- d) corrupção passiva.
- e) epidemia com resultado morte.

**71.** Assinale a alternativa que reúne apenas crimes considerados hediondos.

- a) roubo, estupro de vulnerável e extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada
- b) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º), estupro (art. 213, caput e §§ 1º e 2º), e o crime de organização criminosa.
- c) o crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, previsto no art. 18 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, epidemia com resultado morte e roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum
- d) homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente; homicídio qualificado; lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente

consanguíneo até segundo grau, em razão dessa condição;

- e) epidemia com resultado morte, homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado

**72.** Assinale a alternativa correta.

- a) para a constatação do estado de embriaguez do condutor do veículo é imprescindível a realização do teste do bafômetro.
- b) A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor não pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades.
- c) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos.
- d) No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente estiver com a carteira nacional de habilitação (CNH) vencida.
- e) No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente estiver com permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo.

**73.** Acerca dos crimes de trânsito, marque a alternativa CORRETA:

- a) É aplicável o instituto do arrependimento posterior (art. 16 do CP) para o homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302 do CTB) caso tenha sido realizada composição civil entre o autor do crime a família da vítima.
- b) Constitui crime a conduta de permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa que não seja habilitada, ou que se encontre em qualquer das situações previstas no art. 310 do CTB, desde que haja ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na condução do veículo.
- c) É típica a conduta contida no art. 307 do CTB quando a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor advém de restrição administrativa ou judicial.
- d) Para a incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 302, § 1º, IV, do CTB, é irrelevante que o agente esteja transportando passageiros no momento do homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor
- e) A desobediência a ordem de parada dada pela autoridade de trânsito ou por seus agentes, ou por policiais ou outros agentes públicos no exercício de atividades relacionadas ao trânsito, constitui crime de desobediência.

**74.** Assinale a assertiva correta.

- a) É circunstância que agrava as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração sobre faixa de trânsito permanentemente destinada a pedestres, excetuada a temporária.
- b) É considerada causa de aumento de pena para o autor do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor estar com sua Carteira de Habilitação suspensa.
- c) Deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente não é considerada causa de aumento de pena para o autor do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor.
- d) No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros

- e) No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente utilizar o veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas.

**75.** Em relação ao acordo de colaboração premiada, a Lei de Organização Criminosa, Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013, estabelece:

- a) A pena é agravada para quem exerce o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução.
- b) O juiz poderá proferir sentença condenatória com fundamento apenas nas declarações do colaborador.
- c) O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa não poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais.
- d) O recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração demarca o início das negociações e constitui também marco de confidencialidade, não configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize.
- e) No acordo de colaboração premiada, o colaborador deve narrar todos os fatos ilícitos para os quais concorreu, ainda que não tenham relação direta com os fatos investigados.

---

**Simulado Disciplinas Penais – 07/11/2021**

---

**76.** Assinale a opção correta.

- a) O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, não suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.
- b) A associação estável e permanente de cinco ou mais pessoas para a prática de crimes é requisito para a configuração de organização criminosa.
- c) Os termos de recebimento de proposta de colaboração e de confidencialidade serão elaborados pelo celebrante e assinados por ele, pelo juiz, pelo colaborador e pelo advogado ou defensor público com poderes específicos.
- d) É circunstância elementar da organização criminosa a estrutura ordenada, caracterizada pela divisão formal de tarefas entre os membros da sociedade criminosa.
- e) São nulas de pleno direito as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória.

**77.** As penas do crime de promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa, do art. 2º da Lei nº 12.850/13, são aumentadas de 1/6 a 2/3, nos termos do parágrafo 4º, se

- a) se há participação de criança, adolescente ou idoso;
- b) na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo.
- c) houver concurso de funcionário público, valendo-se ou não a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal.
- d) o acusado exercer o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução.
- e) se o produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao exterior.

**78.** Assinale a alternativa correta

- a) a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos.
- b) aplicável à pessoa jurídica a pena restritiva de direitos de suspensão total de atividades, vedada a suspensão parcial.
- c) o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente não é causa que atenua a pena.

- d) constitui pena de interdição temporária de direito a proibição de o condenado contratar com o Poder Público pelo prazo de 3 (três) anos, no caso de crimes culposos.
- e) não é crime o abate de animal para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, prescindindo de autorização da autoridade competente.

**79.** Assinale a assertiva correta.

- a) A sentença penal condenatória, sempre fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.
- b) Nas infrações penais previstas na Lei de Crimes Ambientais Lei nº 9.605/98, a ação penal é pública incondicionada.
- c) Nas infrações penais previstas na Lei de Crimes Ambientais Lei nº 9.605/98, a ação penal é pública condicionada à representação.
- d) A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até dez vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
- e) Nas infrações penais previstas na Lei de Crimes Ambientais Lei nº 9.605/98, a ação penal é pública condicionada à representação ou privada, a depender do tipo penal.

**80.** Assinale a opção correta.

- a) A prática de crime ambiental aos domingos não agravará a pena.
  - b) A prática de crimes de maus-tratos contra cão qualifica o crime de abuso ou maus-tratos de animais silvestres, domésticos ou domesticados, e a pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.
  - c) Todos os crimes contra a Flora têm punição na forma culposa.
  - d) A fome do agente não pode ser utilizada como excludente de ilicitude de eventual abate de animal.
  - e) A prática de crime ambiental aos sábados agravará a pena quando não for possível qualificar o crime.
-

**CRIMINOLOGIA**

Diego Pureza

**81.** A respeito da política criminal, da criminologia e do direito penal, julgue os itens subsequentes.

I Criminologia é a ciência autônoma e independente que estuda o crime como fenômeno social e o delinquente como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o objetivo de viabilizar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.

II A política criminal consiste na sistematização de táticas, estratégias e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

III O direito penal é ciência do “ser”, na medida em que visa diagnosticar as causas da criminalidade por meio da etiologia criminal.

IV A Criminologia visa combater e prevenir a criminalidade por meio da concretização de políticas públicas.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

**82.** Sobre as características da Criminologia enquanto ciência, assinale a alternativa correta

- a) A Criminologia se vale do método lógico-dedutivo, na medida em que parte dos princípios gerais do direito para só então aplicar conclusões de forma generalizada em casos concretos.
- b) Os objetos de estudo da Criminologia atual é a vítima, o controle social, a pena e o crime.
- c) Uma das características que mais se destaca na moderna Criminologia é a progressiva ampliação e problematização do seu objeto.
- d) Para a Criminologia moderna, o crime é um problema puramente filosófico.

e) A criminologia caracteriza-se por ser uma ciência normativa e unidisciplinar.

**83.** Sobre as etapas histórico-evolutivas da Criminologia, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Escola Retribucionista (também chamada de Escola Clássica) Clássica se funda em duas premissas básicas: o jusnaturalismo e o contratualismo.
- b) A Escola Positivista passou por três grandes fases: antropológica, com os estudos de Cesare Lombroso, Sociológica, com os trabalhos de Enrico Ferri e Jurídica com Raffaele Garofalo.
- c) Cesare Lombroso, expoente do Positivismo, é lembrado por ser o pai da criminologia científica por meio da obra “O Homem Delinquente”.
- d) A Escola Clássica se valia do método indutivo-experimental para investigar a Criminogênese.
- e) Foram defensores da Escola Clássica Marquês de Beccaria e Francesco Carrara.

**84.** Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

- a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delinquente, restando excluídos a vítima e a sociedade.
- b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.
- c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.
- d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.

---

**Simulado Disciplinas Penais – 07/11/2021**

---

e) O modelo restaurador de reação ao delito intervém na vida e pessoa do delincente. Praticando o delito estará sujeito a uma punição, cuja finalidade não se limita ao castigo, indo mais longe, pois procura a reinserção social. Desta maneira, a participação da sociedade é muito importante nesse processo de forma a prevenir e afastar estigmas.

**85.** Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.

II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.

III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.

IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) Somente a alternativa I é verdadeira.

**86.** Segundos os estudos da Vitimologia, o sofrimento da vítima não se limita ao episódio criminoso traumático por ela suportado, alcançando outras fases que podem agravar ainda mais o seu sofrimento. O tema foi sistematizado por meio dos chamados processos de vitimização. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

a) A Vitimização Primária decorre, por exemplo, da omissão de familiares e amigos em amparar a vítima após ter sofrido as consequências nefastas do crime.

b) A Sobrevitimização decorre do próprio Sistema de Justiça Criminal. Trata-se do constrangimento suportado pela vítima diante dos procedimentos regulares (ou irregulares) das instâncias formais de controle social (polícias, ministério público, poder judiciário, etc.).

c) A Vitimização Terciária ocorre no momento em que a vítima sofre diretamente os impactos da conduta criminosa do delincente, como no caso do momento do estupro.

d) A Vitimização Quaternária ocorre quando familiares e amigos sofrem ao saber que algum ente próximo foi vítima de assalto.

e) O dano moral suportado por vítima de calúnia, difamação ou injúria caracteriza a chamada vitimização indireta.

**87.** Em relação à Macrossociologia Criminal, assinale a alternativa correta.

a) A teoria crítica é uma das mais importantes teorias do conflito. Surgiu na década de 60 nos Estados Unidos da América e tem, como um de seus principais autores, Howard Becker, e é responsável por culpar o sistema de justiça criminal como criminógeno, sob o fundamento de que realiza rotulações seletivas se criminosos.

b) As teorias da anomia e da associação diferencial são exemplos de teorias do conflito.

c) A Escola de Chicago se caracteriza pelo não utilitarismo da ação; malícia da conduta e negativismo.

d) O não utilitarismo da ação; malícia da conduta e negativismo da ilicitude são características da teoria da anomia.

e) A teoria da associação diferencial, segundo a qual o indivíduo desenvolve seu comportamento individual com base no aprendizado por meio de exemplos e nas influências que possui, explica, segundo Edwin Sutherland, os chamados crimes de colarinho-branco.

**88.** As Teorias do Consenso defendem que, as pessoas que vivem em sociedade, aceitam as normas vigentes,

---

---

**Simulado Disciplinas Penais – 07/11/2021**

---

já que compartilham de objetivos comuns. Assinale a alternativa que contempla as espécies de teorias criminológicas de base sociológicas do consenso:

- a) Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura delinquente e a teoria do etiquetamento.
- b) Escola de Chicago, teoria da subcultura delinquente, teoria de associação diferencial, teoria da anomia, teoria crítica.
- c) Teoria da associação diferencial, teoria crítica e teoria do etiquetamento.
- d) Teoria da subcultura delinquente, teoria da anomia, teoria de associação diferencial e Escola de Chicago.
- e) Teoria crítica e teoria do etiquetamento.

**89.** A criminalidade eclode no colapso entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, enquanto os objetivos e as capacidades culturais determinam que as pessoas busquem os mesmos fins por meios legítimos, a conjuntura social divide desigualmente as oportunidades, impossibilitando que os cidadãos se orientem para alcançar os interesses, valores, propósitos ou fins estabelecidos aos membros da sociedade, fomentando a prática de condutas contrárias ao ordenamento jurídico. O texto acima faz referência a teoria desenvolvida em qual escola sociológica?

- a) Teoria da Associação Diferencial.
- b) Escola de Chicago.
- c) Teorias da Anomia.
- d) Teoria do *Labelling Approach*.
- e) Teoria da Subcultura Delinquente.

**90.** Sobre a estatística criminal e sua subdivisão a partir de cifras ou cores, assinale a alternativa correta.

- a) Crimes de cifra cinza relacionam-se aos casos em que foram efetivamente solucionados, seja para absolver ou condenar o acusado, mediante decisão transitada em julgado.
- b) Crimes de cifra dourada estão ligados à ideia de delitos praticados pelas classes menos favorecidas economicamente, ou seja, por mais pobres.

- c) Os delitos de cifra rosa estão relacionados aos delitos de motivação homofóbica.
- d) Os crimes de cifra amarela alcançam os delitos praticados por particulares, desde que praticados contra o meio ambiente.
- e) A cifra oculta relaciona-se com os delitos que são levados formalmente ao conhecimento das autoridades públicas competentes.

---

**MEDICINA LEGAL**

---

Paulo Bilynskyj

Em um local de crime, foi encontrado o corpo de uma mulher com as seguintes lesões: marcas ungueais na região lateral do pescoço e do peito, equimoses elípticas, hematomas pelos braços, além de uma ferida ocasionada por disparo de arma de fogo na lateral direita do crânio, apresentando formato "estrelado" com a pele virada para fora.

Com base no trecho acima, resposta às questões **91 e 92**.

**91.** Assinale a alternativa correta:

- a) Os sinais presentes na região do pescoço da vítima indicam que houve a prática de estrangulamento pelo agressor.
- b) As marcas ungueais são exemplos de lesão incisa.
- c) A equimose é um tipo de lesão contusa fechada, na qual o sangue se aglomera em determinado ponto, formando bolsas.
- d) As lesões presentes no pescoço da vítima indicam que houve processo de esganadura, espécie de asfixia mecânica.
- e) Hematoma é uma equimose extensa, que se espalha pela superfície do corpo.

**92.** O nome atribuído ao tipo de ferimento descrito no trecho apresentado é:

- a) Sinal de Benassi.
  - b) Câmara ou boca de mina de Hoffman.
  - c) Tronco de Bonnet.
  - d) Sinal de Puppe-Werkgaertner.
  - e) Zona de chamoscamento.
-

**93.** Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Os livores cadavéricos começam a se instalar após de corridas seis horas da morte.
- b) A posição de boxeador se dá devido ao fenômeno cadavérico chamado algor mortis.
- c) Segundo a Lei de Nysten, há uma ordem de instalação e de dissolução da rigidez cadavérica, iniciando-se pela face, mandíbula e pescoço.
- d) As manchas de hipóstase, também conhecidas como "livor mortis", são fenômeno abiótico imediato.
- e) A fixação das manchas de hipóstases, via de regra, ocorre após 24 horas do óbito.

**94.** Morte produzida por asfixia, em que o laço é acionado pelo próprio peso da vítima, apresentando a vítima: cianose facial e protusão de língua. Com base nessas informações, assinale a alternativa que contém o tipo de asfixia e uma das características do sulco produzido:

- a) Esganadura - único.
- b) Enforcamento - profundidade uniforme.
- c) Estrangulamento - oblíquo.
- d) Estrangulamento - contínuo.
- e) Enforcamento - descontínuo.

**95.** Durante a manutenção em uma rede elétrica debaixo de chuva, um funcionário da empresa distribuidora de energia sofreu uma descarga elétrica ocasionada por um raio. No pronto atendimento foi identificada uma lesão com aspecto arboriforme.

No caso narrado, aponte o tipo de ação da eletricidade e a lesão descrita:

- a) Eletrocussão e Sinal de Joule.
- b) Fulguração e Marca de Jellinek.
- c) Fulguração e Sinal de Lichtenberg.
- d) Eletroplessão e Marca de Jellinek.
- e) Fulminação e Sinal de Lichtenberg .

**96.** Em um caso de violência doméstica, no laudo pericial da vítima, foram apontadas diversas equimoses pelos braços, pernas e costas. Algumas apresentavam coloração violácea e outras esverdeadas. Com base nas informações destacadas e tendo como base o "Espectro equimótico de Legrand du Saulle", assinale a alternativa correta.

- a) Pode-se afirmar que as lesões foram produzidas no mesmo dia.
- b) As lesões de coloração violácea foram produzidas há pelo menos 4 dias da data da perícia.
- c) As lesões de coloração esverdeada foram produzidas há mais de 10 dias da data da perícia.
- d) As lesões violáceas podem ter sido produzidas entre o 2º e o 3º dia que antecederam a perícia.
- e) As lesões esverdeadas foram produzidas entre o 5º e o 6º dia que antecederam a perícia.

**97.** Um cadáver foi encontrado com uma lesão perfuro-contundente produzida por disparo de arma de fogo. No orifício de entrada, havia uma ferida escura pelo arrancamento da pele, a característica mencionada é chamada de:

- a) Sinal de Benassi.
- b) Anel de Fisch.
- c) Sinal de Puppe-Werkgaertner.
- d) Câmara de Mina de Hoffman.
- e) Tronco de Cone de Bonnet.

**98.** O enforcamento, o estrangulamento e a esganadura são modalidades de constrição do pescoço. Com base nas características de cada uma assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Através da análise das características do sulco formado no pescoço da vítima é possível distinguir se houve enforcamento ou estrangulamento.
- b) Só há enforcamento quando a força atuante é o peso do corpo da vítima.
- c) A esganadura ocorre por parte do corpo que atua de forma similar a um laço (mãos, chave de braço, golpes de jiu jitsu).

- d) É extremamente difícil que ocorra esganadura em virtude de suicídio.
- e) No enforcamento, a vítima deve estar completamente suspensa, caso contrário pode-se suspeitar de uma simulação.

**99.** Com base na sequência a seguir, aponte a sequência correta das figuras fundamentais na identificação dactiloscópica de Vucetich: **I - 3441**

- a) No polegar, há uma presilha externa; no indicador, há um verticilo; no dedo médio e no anelar há um arco e, no dedo mínimo, há uma presilha interna.
- b) No polegar, há uma presilha interna; no indicador, há uma presilha externa; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo há um arco.
- c) No polegar, há uma presilha interna; no indicador, há uma presilha interna; no dedo médio e no anelar há um arco e, no dedo mínimo há um verticilo.
- d) No polegar, há um verticilo; no indicador, há uma presilha externa; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo, há uma presilha interna.
- e) No polegar, há uma presilha externa; no indicador, há uma presilha interna; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo, há um arco.

**100.** Assinale a alternativa aponte corretamente o fenômeno descrito, bem como o tempo no qual atinge seu ápice.

Trata-se de fenômeno abiótico consecutivo de natureza físico-química, devido à ação de produtos catabólicos do metabolismo, correspondente a uma situação de vida residual do tecido muscular.

- a) Espasmo cadavérico - 8 horas após o óbito.
  - b) Rigor mortis - 36 horas após o óbito.
  - c) Livor mortis - 12 horas após o óbito.
  - d) Rigor mortis - 8 horas após o óbito.
  - e) Algor mortis - 12 horas após o óbito.
-

# Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-de-Nivelamento-07-11>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

[\*\*http://bit.ly/Assinatura-ECJ\*\*](http://bit.ly/Assinatura-ECJ)

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

[\*\*https://bit.ly/Sistemas-de-Questões\*\*](https://bit.ly/Sistemas-de-Questões)

---